

Diploma: **CIVA: ARTIGO 6º**, Nº 8, ALÍNEAS B) E F) E Nº 9

Assunto: SERVIÇOS DE PUBLICIDADE
COLOCAÇÃO DE PESSOAL À DISPOSIÇÃO
LOCALIZAÇÃO

Proc.F055 2003023 com despacho concordante do Subdirector-Geral dos Impostos, em substituição do Subdirector-Geral dos Impostos, em 13/12/2005.

1. A exponente tem por objecto social a publicidade, agência de moda e comunicação visual enquadrado, para efeitos de IVA, no regime normal com periodicidade mensal desde 2000-01-01.
2. A maioria dos seus clientes tem a sede fora de Portugal e contratam ou subcontratam a exposição ou põem em prática o lançamento de diversas campanhas publicitárias, através de vários meios (fotografias, brochuras ou catálogos), tendo por objectivo promover ou publicitar determinado produto ou no estrangeiro, debitando posteriormente esses serviços ao seu cliente.
3. No âmbito da actividade, a empresa cria e produz mensagens publicitárias para o cinema, catálogos, sendo colocados diversos meios à disposição dos clientes, nomeadamente pessoalmente, especialmente para este efeito.
4. Refere ainda que o conceito de "actividade publicitária" enunciado no artº 4º do Decreto-Lei nº 100/90, de 26 de Outubro, abrange a respectiva produção, pelo que é entendimento da exponente que as prestações realizadas, se encontram abrangidas pelo nº 9 do artº 6º do CIVA, vindo solicitar parecer sobre o enquadramento da questão exposta.
5. Na sequência do contacto telefónico efectuado pela Direcção de Finanças de Lisboa (a qual efectuou acção de inspecção à ora requerente), que pretendia saber, se, relativamente à informação prestada pelo contribuinte já existia despacho, e a fim de esta Direcção de Serviços se poder pronunciar acerca dos pedidos foram solicitados esclarecimentos àqueles Serviços quanto ao tipo de serviços prestados pela exponente.

SÍNTESE DA INFORMAÇÃO PRESTADA PELA D.F. LISBOA

1. O sujeito passivo presta serviços maioritariamente a agências de publicidade residentes numa Comunidade Europeia.
2. Os custos inerentes à produção de anúncios publicitários (locação de espaços, aluguer de equipamento e adereços, serviços de pessoal técnico especializado, serviços de modelos, taxas e honorários) são previamente orçamentados e acordados.
3. No final, a exponente debita à agência de publicidade o preço previamente acordado, enviando o produto final para ser editado.
4. No caso de produção de fotografias para catálogos e a prestação de serviços de apoio à realização de campanhas publicitárias a exponente debita ao cliente o custo tido com as despesas realizadas para a prestação, incluindo quer os custos quer a margem de lucro.

ENQUADRAMENTO FACE AO CÓDIGO DO IVA E BREVE REFERÊNCIA AO CÓDIGO DA PUBLICIDADE

1. A regra geral de localização das prestações de serviços prevista no nº 4 do artº 6º do CIVA aplica-se às prestações de serviços quando efectuadas por um prestador que tenha no território da sua actividade ou um estabelecimento estável a partir do qual os serviços sejam prestados ao seu domicílio.
2. São excepções a esta regra geral as situações previstas nos nºs 5 a 21 do mesmo artº 6º, tendo em conta as regras próprias de localização que decorrem da Sexta Directiva do Conselho das Comunidades.
3. Uma dessas excepções é a referida no nº 9 do artº 6º, que conjugada com a alínea b) do nº 8 do mesmo artº 6º, refere não serem tributáveis em Portugal as prestações de serviços de publicidade, quando a pessoa estabelecida ou domiciliada num Estado membro da Comunidade Europeia e provar que a prestação é de natureza essencialmente publicitária ou quando o adquirente for pessoa estabelecida ou domiciliada numa Comunidade Europeia.
4. Perante a situação apresentada, importa averiguar se as operações de produção ou lançamento de campanhas publicitárias têm enquadramento na alínea b) do nº 8 do artº 6º do CIVA.
5. O Código da Publicidade, aprovado pelo Dec-Lei nº 330/90, de 23 de Outubro, do Ministério dos Recursos Naturais, contempla a desejável harmonização com a legislação comunitária, nomeadamente as directivas nºs 84/450/CEE e 89/552/CEE e, bem assim, a Convenção Europeia sobre a Televisão.

5.1 Nos termos do artº 3º do referido Código, considera-se "publicidade", qualquer forma de cc âmbito de uma actividade comercial, industrial, artesanal ou liberal, com o objectivo de promo de bens ou serviços, incluindo direitos e obrigações.

5.2 Por sua vez, o nº 1 do artº 4º do mesmo diploma, enuncia o conceito de "actividade publici conjunto de operações relacionadas com a difusão de uma mensagem publicitária junto dos bem como as relações jurídicas e técnicas daí emergentes entre anunciantes, agências de publ que explorem os suportes publicitários ou que exerçam a actividade publicitária".

De acordo com o nº 2 do mesmo artigo, incluem-se entre as operações referidas no desígnadamente, as de concepção, criação, produção, planificação e distribuição publicitárias.

6. Face ao conceito alargado de publicidade parece ser possível a aplicação da alínea b) do nº conjugada com o nº 9 do mesmo artigo, determinará a localização das operações questionadas estabelecimento do adquirente.

7. Refira-se, aliás, que neste mesmo sentido se pronunciou o Tribunal de Justiça das Comunic que já várias vezes afirmou que o conceito de publicidade na acepção do [artº 9º](#) nº 2, alínea e) deve ser interpretado uniformemente, a fim de evitar situações de dupla tributação ou de possam resultar de interpretações divergentes.

Cabe neste conceito a "difusão de uma mensagem destinada a informar os consumidores ace das qualidades de um produto ou de um serviço, com o objectivo de se aumentar as vendas desta mensagem se faça habitualmente mediante palavras, escritos elou imagens, através da elou televisão, pode também ser realizada pela utilização parcial ou mesmo exclusiva de outros l

8. A merecer concordância o referido entendimento, não há lugar a liquidação de IVA em relativamente à prestação de serviços de produção publicitária efectuada pela exponente, em tendo como adquirente um sujeito passivo estabelecido ou domiciliado num Estado-membro, de nesse país tem a qualidade de sujeito passivo, dado tratar-se de operação prevista na alínea b) do CIVA conjugada com a alínea a) do nº 9 do mesmo artº 6º.

9. No que respeita à prestação de serviços de "colocação de pessoal à disposição" aos clientes Europeia, dado tratar-se de operação prevista na alínea f) do nº 8 do artº 6º do CIVA, conjugada do nº 9 do mesmo artº 6º, não há lugar à liquidação do IVA em território nacional.

10. De referir que, nos termos da alínea e) do nº 5 do [artº 35º](#) do CIVA, as facturas ou docum deverão conter o motivo justificativo da não aplicação do imposto.

(1) conforme, por exemplo, os Acórdãos de 17/11/93, procº C – 73/92, de 15/03/2001, procº C Julho de 2003, procº C – 438/01